

1. PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para posterior submissão à aprovação da Assembleia Municipal:

- a)** – A proposta de não aceitação das competências no domínio da saúde previstas no DL 23/2019, de 30 de janeiro, para o ano de 2021.
- b)** – A proposta de não acordo da transferência das competências no domínio da saúde para a entidade intermunicipal, nos termos do artº. 26º, do DL 23/2019, de 30 de janeiro.
- c)**- A proposta de não aceitação das competências no domínio da educação, previstas no D.L. 21/2019, de 30 de janeiro para o ano de 2021.
- d)**- A proposta de não acordo da transferência das competências no domínio da educação para a entidade intermunicipal, nos termos do artº. 75º do DL 21/2019.

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO

**ASSUNTO: PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS NOS DOMÍNIOS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO –
PRONÚNCIA.**

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, aprovou a **Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais**.
2. O art.º 4º desta Lei-quadro, sob a epígrafe *Concretização da transferência das competências*, determina, no seu nº 1, que “*A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.*”
3. O mesmo artigo 4º, no seu nº 2, estabeleceu que a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais seria efetuada em 2019, contemplando a opção pelo exercício gradual das competências transferidas, não as aceitando quanto aos anos de 2019 e 2020.
4. Na sequência das várias informações prestadas pelos serviços municipais no âmbito dos diplomas setoriais publicados em novembro de 2018 e em janeiro de 2019, foi aprovado na Assembleia Municipal, sob propostas da Câmara Municipal, não aceitar as competências constantes daqueles diplomas legais, relativamente aos anos de 2019 e 2020.

R

5. Embora, por sessão da Assembleia Municipal realizada em 26/06/2020, sob proposta aprovada pela respetiva Câmara Municipal, pelos fundamentos nela enunciados, tenha já deliberado, a aceitação para o ano de 2021 de algumas competências, designadamente:

- ✓ Decreto-Lei n.º 98/2018 de 27 de novembro: aceitação das competências no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos, ao abrigo do artigo 28.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.
- ✓ Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro: aceitação das competências no domínio do estacionamento público, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.
- ✓ Decreto-Lei n.º 32/2019, de 4 de março: aceitação das competências no domínio do policiamento de proximidade, ao abrigo do artigo 23.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

6. No domínio da **Educação e da Saúde** a transferência de competências foi concretizada pelos **Decretos-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro** e **n.º 23/2019, de 30 de janeiro**, respetivamente.

7. Ora, o Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, por alteração dos Decretos-Lei n.º 21/2019 e n.º 23/2019, veio prorrogar o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da Educação e da Saúde, considerando as mesmas transferidas até 31 de março de 2022 nos seguintes termos:

7.1. Em matéria de **Educação**, relativamente ao ano de 2021, dispõe o n.º 3 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação atual, que os municípios e entidades intermunicipais que ainda não tenham aceitado as competências previstas no mesmo diploma, e que não o pretendam fazer no ano de 2021, comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 31 de dezembro de 2020.

As competências de planeamento e o funcionamento dos conselhos municipais de educação, regulados, respetivamente, no capítulo II e no capítulo VI do Decreto-Lei n.º 21/2019, produzem efeitos a partir do início do ano letivo 2019/2020, independentemente da deliberação anteriormente referida.

7.2. Em relação à **Saúde**, dispõe o n.º 2 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na redação atual, que, relativamente ao ano de 2021, os municípios e entidades intermunicipais que ainda não tenham aceite as competências previstas no referido decreto-lei, e que não o pretendam fazer no ano de 2021, comunicam esse facto à DGAL, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 31 de dezembro de 2020.

8. Tendo em consideração que, na essência, se mantêm os pressupostos fácticos que levaram àquelas deliberações **no ano de 2019**.

9. Sabendo-se que os presentes diplomas legais terão uma significativa interferência nos respetivos serviços, com um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira – reclamando o reforço de recursos humanos e técnicos - visto que obrigará, entre outros, a estudar e definir novos procedimentos, criar e alterar regulamentos municipais (incluindo novas taxas) e disponibilizar recursos tecnológicos necessários à execução dos novos serviços.

10. Que será, assim, crucial desenvolver um estudo detalhado que permita identificar os impactos mais relevantes que o processo vai implicar, sobretudo no que respeita aos compromissos futuros decorrentes de recursos financeiros e patrimoniais e de recursos humanos.

11. E, porque este Município procura sempre assegurar a melhor qualidade dos serviços prestados aos cidadãos no âmbito das áreas da educação e da saúde, entende-se útil prorrogar o prazo de obrigatoriedade da aceitação das competências nestas áreas.

12. Não esquecendo que a situação da pandemia fruto da COVID-19 teve e terá grande impacto no funcionamento dos serviços em todas as áreas.

R

13. Em conformidade, e considerando:

- Que as novas competências terão um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira, implicando também o reforço de recursos humanos e técnicos, cuja dimensão não é possível de determinar nesta fase;
- Que é importante que, durante o ano de 2021, seja recolhida informação de modo a preparar convenientemente os serviços municipais, uma vez que em 2022 estas competências são transferidas para os municípios com caráter obrigatório.

14. Conclui-se que não se encontram reunidas as condições para ser tomada uma decisão de aceitação das novas competências já com efeitos em 2021, uma vez que é necessário conhecer o impacto que essas competências irão provocar nos serviços, que sempre implicará um processo prévio de preparação e organização da estrutura funcional, bem como uma maior informação sobre a concretização desta transferência que não é possível obter no curto espaço de tempo concedido, sobretudo pelo caráter de instabilidade gerado pela pandemia fruto do COVID-19.

15. Nestes termos, propõe-se:

15.1. Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o Município de Braga **não pretende a transferência, no ano de 2021**, das competências previstas no **Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais **no domínio da educação** e no **Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais **no domínio da saúde**.

15.2. No que respeita às **transferências de competências para as entidades intermunicipais**, e atendendo a que, nos termos dos diplomas setoriais que concretizam as mesmas transferências, o exercício das competências transferidas depende de prévio acordo de todos os municípios que as integram, cuja aprovação



competete ao órgão deliberativo de cada município, propõe-se, pelas mesmas razões invocadas supra, que não seja dado o acordo para o exercício destas pela Comunidade Intermunicipal e a que se referem os citados diplomas.

Câmara Municipal de Braga, em 16 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara,